



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10831.002817/2001-82
Recurso nº Voluntário
Resolução nº **3201-000.459 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Data 28 de novembro de 2013
Assunto SOLICITAÇÃO DE COMPLEMENTO DE DILIGÊNCIA
Recorrente ADC TELECOMUNICAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (KRONE TELE. IND. E COM. LTDA)
Recorrida FAZENDA NACIONAL

RESOLUÇÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

JOEL MIYAZAKI - Presidente.

MÉRCIA HELENA TRAJANO DAMORIM - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Joel Miyazaki, Mércia Helena Trajano D'Amorim, Daniel Mariz Gudiño, Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto, Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo e Luciano Lopes de Almeida Moraes.

RELATÓRIO

O interessado acima identificado recorre a este Conselho, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo/SP.

Por bem descrever os fatos ocorridos, até então, adoto o relatório da decisão recorrida, que transcrevo, a seguir:

Trata o presente processo de auto de infração, lavrado em 10/04/2001, em face do contribuinte em epígrafe, formalizando a exigência do Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, acrescidos de juros de mora e multa proporcional, no valor de R\$ 112.081,24, em face dos fatos a seguir descritos.

A empresa acima qualificada submeteu a despacho aduaneiro, por meio da Declaração de Importação No. 01/0179194-6, de 20/02/2001, partes para aparelhos de telefonia/telegrafia, com classificação fiscal 8517.90.99;

Invocando a Regra No. 1 das Regra Gerais do Sistema Harmonizado, Nota 2 a) da Seção XVI do Capítulo 85, a fiscalização procedeu a desclassificação fiscal das mercadorias para a posição NCM 8536.90.90, com incidência da alíquota de 18,5 % para o Imposto de Importação e da alíquota de 15% para o Imposto de Produtos Industrializados, reclamada pela fiscalização;

Não obstante isso, a não inclusão das mercadorias na posição 8517 é reforçada pela própria Notas Explicativas do Sistema Harmonizado – item g) - relativa a esta posição;

As mercadorias relativas a adição 004 – item 1 e 9, devem ter classificação fiscal na posição NCM 8547;

Os produtos descritos tanto pelo fabricante como pelo laudo técnico como dispositivo metálico de conexão para uso em blocos de conexão.

Pode assim ser definido como parte de circuito elétrico cuja função é atuar como elemento de conexão.

O texto da Normas Explicativas do Sistema Harmonizado para a posição NCM 8517, letra “g”, exclui da posição os aparelhos de conexão.

Conjugando as Regra Gerais do Sistema Harmonizado 1, 2 a e 2 b a fiscalização entendeu ser correta a classificação tarifária referente a posição NCM 8536 já que o texto da posição cita literalmente “conexão de circuitos elétricos”.

Em decorrência, foi lavrado o presente auto de infração, exigindo do contribuinte o recolhimento do Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, acrescidos de juros de mora e multa proporcional, no valor de R\$112.081,24 Cientificado do auto de infração, pessoalmente, em 12/04/2001 (fls. 1-frente), o contribuinte, protocolizou impugnação, protocolizou impugnação, tempestivamente na forma do artigo 15 do Decreto 70.235/72, em 14/05/2001, de fls. 151 à 170, instaurando assim a fase litigiosa do procedimento.

Na forma do artigo 16 do Decreto 70.235/72 a impugnante alegou resumidamente que:

A impugnante obteve medida liminar no Mandado de Segurança No. 2001.64.05.002508-3 o direito ao desembaraço aduaneiro das mercadorias;

A fiscalização não embasou suas conclusões em laudo de assistência técnica próprio, tomando emprestado aquele feito por outra repartição, devendo ser cancelada a exigência, conforme decisões reiteradas do Conselho de Contribuintes;

Descabida a multa de ofício por ter natureza punitiva, sendo própria a multa moratória em função do pagamento fora do prazo fixado em Lei;

Apresentou parecer do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT indicando que os materiais importados se destinam à proteção circuitos elétricos e equipamentos de telecomunicação ou transmissões de dados, contrariando o laudo técnico que indica que os dispositivos inspecionados são de conexão elétrica;

Os produtos importados não viabilizam fluxo de elétrons em materiais condutores e semicondutores, destinando-se apenas e tão somente a proteção;

Seriam assim circuitos de telefonia de proteção;

Circuitos elétricos difundem energia elétrica. Circuitos de telefonia difundem ondas vibratórias;

Aparelhos telefônicos utilizam energia elétrica para o seu funcionamento mas não a propagam;

A fiscalização erra em entender que aparelhos que dependem de energia elétrica para o seu funcionamento não podem ser considerados circuitos elétricos;

Na descrição dos produtos presente na Declaração de Importação, nada aponta para que sejam considerados circuitos elétricos;

O laudo técnico teve um enfoque exclusivo para a área de eletricidade e o ramo de atuação da impugnante é a telefonia;

A alegação da fiscalização quanto o fato do texto da Normas Explicativas do Sistema Harmonizado para a posição NCM 8517, letra “g”, exclui da posição os aparelhos de conexão, cai por terra pelo simples motivo de que os equipamentos importados não são elementos de conexão;

Para justificar a posição NCM da fiscalização deveria haver a qualificação “elétrica” no texto citado das Normas Explicativas do Sistema Harmonizado;

A posição 8517, de acordo com a Normas Explicativas do Sistema Harmonizado leva a conclusão que é esta a classificação tarifária adequada

para os produtos. A posição NCM 8547.20.20 é adequada para os produtos da adição 004;

Solicita a realização de perícia técnica, formulando quesitos e indicando assistente;

Propugna a insubsistência do Auto de Infração.

Pela Resolução DRJ/SPO-II No. 743, de 25/09/2007, foi solicitado à autoridade preparadora que fornecesse cópia da inicial do Mandado de Segurança No. 2001.61.05.002508-3, distribuído na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Campinas, para a adequada identificação do bem da vida..

Intimado, interessado não se manifestou.

Uma vez juntada a cópia da exordial do Mandado de Segurança (fls.265 à 274) e com a manifestação do interessado, o processo retornou à DRJ/SPO-II.

É o Relatório.

O pleito foi indeferido, no julgamento de primeira instância, nos termos do acórdão DRJ/SPO II nº 17-23.128, de 14/02/2008, proferida pelos membros da 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo/SP, às fls. 306/313, cuja ementa dispõe, *verbis*:

“Assunto: Classificação de Mercadorias

Data do fato gerador: 20/02/2001 Invocando a Regra No. 1 das Regra Gerais do Sistema Harmonizado, Nota 2 a) da Seção XVI do Capítulo 85 e as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - item g) - relativa a posição NCM 8517, a fiscalização procedeu a desclassificação fiscal das mercadorias para a posição NCM 8536.90.90.

A Nota Explicativa do Sistema Harmonizado - item g) - relativa a posição 8517, em nenhum momento faz referência a aparelhos de “conexão elétrica”, definindo sua especificidade no que tange a sua utilização em centrais telefônica.

Lançamento Procedente.”

O julgamento foi no sentido de considerar procedente o lançamento, mantendo o crédito tributário exigido, tendo em vista que os circuitos de telefonia funcionam como aparelhos de conexão para centrais telefônicas. Ou melhor, a Nota Explicativa do Sistema Harmonizado – item g) - relativa a posição NCM 8517 é imperativa. Bem como, deve-se considerar correta a aplicação da multa de lançamento de ofício ao percentual de 75%, definido em lei, sobre os valores do imposto não recolhido, rejeitando-se a contestação de que não haveria previsão legal para tanto.

Regularmente cientificado do Acórdão proferido, o Contribuinte, tempestivamente, protocolizou o Recurso Voluntário e documentos, no qual, ressalta que houve duplicidade de lançamento, conforme processo de nº 10314.000445/2005-22, em relação às adições 004, 007 e 008 da DI, objeto do presente caso e que já efetuou o pagamento em relação às adições de nºs 001,002,003,005, 006 e 009 da DI de nº 01/0179194-6.

Como a recorrente argumentou que houve duplicidade de lançamento, conforme processo de nº 10314.000445/2005-22, em relação às adições 004, 007 e 008 da DI, objeto do presente caso e que já efetuou o pagamento. Assim como, em relação às outras adições, as de nºs 001,002,003,005, 006 e 009 da DI de nº 01/0179194-6, que também realizou o pagamento.

Conclui, solicitando arquivamento dos autos.

Assim sendo, por conta do argumento apresentado pela recorrente de que efetuou o pagamento de todas as adições; o processo foi convertido em diligência para que a Delegacia verificasse o recolhimento, bem como se pronunciasse a respeito, inclusive no tocante à duplicidade de lançamento, conforme processo de nº 10314.000445/2005-22, em relação às adições 004, 007 e 008.

Resposta ao indagado:

Quanto ao primeiro item, verifiquei que de fato ocorreu duplicidade de lançamento em relação às adições 004, 007 e 008 da DI 01/0179194-6. Estas três adições estão relacionadas nos campos "descrição dos fatos e enquadramentos legais" As fls 02 para o Auto de Infração contido no PAF 10831.002817/2001-82, bem como As fls. 359 para o Auto de Infração contido no PAF 10314.000445/2005-22.

Quanto ao segundo item, tendo em vista ser da competência da Equipe de Arrecadação e Cobrança, conforme dispõe o art 21, VI, da Portaria ALFNCP nº252 e subseqüentes alterações, proponho o encaminhamento dos autos à Eqoar/ALF/VCP para prosseguimento, que responde assim:

Quanto aos pagamentos de fls. 324/325 informo que foram alocados ao processo nº 10314-000445/2005-225, extrato de fls. 630 e 631, objeto da duplicidade do lançamento.

O processo foi redistribuído a esta Conselheira para prosseguimento.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro MÉRCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

O presente recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, razão por que dele tomo conhecimento.

Trata o presente processo de divergência de classificação fiscal de partes para aparelhos de telefonia/telegrafia.

Curvo-me ao discutido e aprovado em sessão de julgamento para complementar a diligência, ou seja, retornar à Delegacia de origem, para anexar cópia do processo de nº 10314.000445/2005-22, tendo em vista que o mesmo encontra-se arquivado na SAMF-SP, conforme tela abaixo:

Processo nº 10831.002817/2001-82
Resolução nº **3201-000.459**

S3-C2T1
Fl. 645

Dados do Processo

Número : **10314.000445/2005-22**
Data de Protocolo : **19/01/2005**
Documento de Origem : **RQSN**
Procedência :
Assunto: **AUTO DE INFRACAO-II/IPI**
Nome do Interessado: **KRONE TELECOMUNICACOES IND E COM LTDA**
CNPJ : **66.678.517/0001-42**
Tipo: **Papel**
Sistemas - Profisc: **Sim E-Processo : Não SIEF: Não Controlado SIEF**

Localização Atual

Órgão Origem: **ARQUIVO GERAL DA SAMF-SP**
Órgão: **ARQUIVO GERAL DA SAMF-SP**

Bem como acrescentar outras informações, caso necessário, pertinente ao litígio.

Concluída a diligência solicitada, retornem os autos para seguimento no julgamento por esta turma do CARF.

MÉRCIA HELENA TRAJANO DAMORIM - Relator



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM em 24/01/2014 12:35:00.

Documento autenticado digitalmente por MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM em 24/01/2014.

Documento assinado digitalmente por: JOEL MIYAZAKI em 27/01/2014 e MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM em 24/01/2014.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIA MADALENA SILVA em 10/12/2020.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP10.1220.12303.39ZO

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:

CAF6D0F2EC4C19426948E25F463D0303AFE6791B